

# **A HISTÓRIA DA ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA E VETERINÁRIA (ESAV) DO ESTADO DE MINAS GERAIS E AS ORIGENS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)**

Denilson Santos de Azevedo – UFV

## **2. História da profissão docente e das instituições escolares**

O presente trabalho trata de uma pesquisa histórica a respeito do trabalho pedagógico implementado durante o processo de constituição e consolidação da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) do Estado de Minas Gerais, a partir de 1927, que tinha o intento de propiciar uma formação integral ao corpo discente. Essa Escola, que funcionou como instituição de nível superior isolada até 1949, quando foi transformada em Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, deu origem a atual Universidade Federal de Viçosa, a partir de 1969, ao que parece, foi a primeira iniciativa bem sucedida, no Brasil Republicano, de organizar um internato leigo para alunos de nível superior que coabitavam nos alojamentos, com os estudantes de nível médio e elementar do ensino agrícola.

A ESAV foi concebida pelo Governo do Estado de Minas para ministrar um ensino essencialmente prático, constituindo-se numa das raras exceções ao predomínio do ensino acadêmico, que ainda vigia na maioria dos estabelecimentos de ensino superior brasileiros da época. O ensino foi orientado para exigir dos alunos o maior trabalho útil possível, nas aulas teóricas e, sobretudo, nas aulas práticas dadas nos laboratórios centrais e rurais, nos campos e estábulos, demonstrando sua natureza essencialmente aplicada e profissional.

Assim, o projeto político-pedagógico da instituição, de cunho nitidamente profissional, estava voltado para reproduzir o cenário de um verdadeiro centro agrícola, exercendo papel fundamental na melhoria da agricultura praticada na região com o intuito de promover, conseqüentemente, o melhoramento das condições financeiras, mentais e morais dos alunos e dos agricultores.

Desse modo, a concepção de um ensino aplicado, ambientado numa “verdadeira vida de campo”, internamente possibilitou uma organização disciplinar e de ensino bastante funcional, em termos sócio-políticos, e produtiva, em termos econômicos, ao formar esavianos em diferentes níveis do ensino agrícola, o que irá demonstrar a natureza utilitária, pragmática do estabelecimento que vai sendo configurada.

As diversas atividades e iniciativas criadas nos seus primeiros anos de fundação irão forjar o *ethos* do esaviano, entendido como o conjunto de traços característicos pelo qual um grupo se individualiza e se diferencia dos outros, a partir de uma série de ações pedagógicas e disciplinares de inculcação de *habitus*.

Com base na pesquisa de fontes primárias, secundárias e orais, serão analisados os principais condicionantes sociais, econômicos, culturais e políticos que irão propiciar a criação desse estabelecimento de ensino pelo Governo do Estado de Minas Gerais. A adoção do modelo de ensino agrícola norte-americano, de caráter aplicado e utilitário, calcado no “aprender fazendo”, na articulação entre “ciência e prática” e com ênfase nas atividades e serviços de extensão, atesta a principal finalidade da escola, que era a de “melhorar o homem, o animal e a semente” com o intuito de contribuir para a reforma social no meio rural, através da difusão de conhecimentos e técnicas, para aumentar a produtividade e a diversidade da produção agropecuária.

A efetivação do propósito de formar indivíduos adequados ao cumprimento dessa missão encontra-se consubstanciada no regime escolar e disciplinar que vai sendo instituído e nos dispositivos de controle e vigilância acionados pela diretoria, no exercício de sua autoridade pedagógica, para orientar o trabalho e a ação pedagógica dos docentes. Essa intenção domesticadora encontra-se registrada, sobretudo, nos livros de atas das reuniões da Congregação e em outros documentos, como ofícios e circulares, que assinalam o empenho da direção em padronizar determinados procedimentos didáticos e disciplinares tidos como imprescindíveis para a consecução dessa finalidade de formação.

Essa preocupação pode ser evidenciada na ata da segunda reunião da Congregação, que antecedeu ao início das aulas, realizada em 30 de julho de 1927, que traz algumas recomendações didáticas prescritas pelo diretor Peter Henry Rolfs, ex-diretor do “Florida Agricultural College” e que foi o responsável pelo planejamento, fundação e direção da ESAV, entre fevereiro de 1921 e fevereiro de 1929, aos docentes a despeito da organização e divisão dos trabalhos, enfatizando que os alunos não deveriam ficar à *tôa*. “Dar trabalho demais não é tão prejudicial como não dar o suficiente”. O diretor também explanou como os professores deveriam ter “o controle da atenção dos alunos e despertar sua mentalidade nas classes”.

Os dispositivos disciplinares utilizados para “despertar a mentalidade dos alunos”, ficaram delineados com a deliberação do controle da frequência e do horário de entrada dos estudantes, definindo-se que os alunos que faltassem às aulas, não deveriam ter

permissão para assistir a aula seguinte daquela matéria, enquanto não fossem à Diretoria explicar as razões da falta e receber autorização da mesma. Nessa reunião, também ficou resolvido que o teor das discussões ficaria sob sigilo.

Os exames configuraram-se num outro dispositivo disciplinar utilizado para “controlar a atenção e despertar a mentalidade dos alunos”. As modalidades de avaliação oral, prática, semanais, além das provas escritas mensais e semestrais, adotadas pela Escola, sedimentaram o processo de um controle normalizante, que, como afirmou Foucault (1999, p.154), seria “uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados.”

A questão dos exames para o “controle da atenção dos alunos” foi um dos pontos da pauta da quinta reunião, ocorrida em 29 de outubro de 1927, na qual os membros da Congregação debateram a respeito da grande importância das notas diárias. Em virtude do pequeno número de alunos, ficou definido que cada um deveria receber, no mínimo, uma nota por semana. Sabatinas de dez ou quinze minutos foram recomendadas, por economizar o tempo dos alunos e dar ótimos resultados, sendo preconizado que as perguntas feitas aos alunos, durante as aulas, fossem feitas de modo a poderem ser respondidas de maneira muito breve e decisiva. Também foi ressaltada a importância das perguntas orais, a fim de se obter a atenção dos alunos.

Já os exames semestrais foi um ponto em tela na sexta reunião, de 29 de novembro de 1927, na qual o diretor avisou que os exames semestrais não deveriam durar mais de duas horas e que os mesmos deveriam ser compostos, de uma maneira geral, por dez perguntas ou pontos. Na reunião seguinte, de 06 de dezembro de 1927, definiu-se também “que qualquer aluno encontrado em fraude ou aparência de fraude deveria sair imediatamente do exame, caindo nas penas regulamentares”.

Assim, o rigor no controle da frequência às aulas dos alunos e o regime de exames foram meios importantes para a instituição dessa diretriz prática ao ensino ministrado. A determinação da diretoria em imprimir essa norma também pode ser verificada na ata da terceira reunião da Congregação, realizada em 19 de agosto de 1927, ou seja, na terceira semana após o início das aulas, na qual o diretor admoestou os professores sobre a tendência dos mesmos fazerem os trabalhos práticos, em vez de exigir que sejam feitos pelos alunos, uma vez que “todos nós procuramos o mais possível, evitar o trabalho de pensar”.

Na conclusão do Anuário de 1927, o diretor Rolfs (1996, p.87) caracterizou o perfil do aluno e de parte da atividade prática realizada na Escola:

(...) estamos criando um Corpo Discente quase exclusivamente fornecido pelas propriedades agrícolas (...). Aqui os alunos abrem buracos, aram a terra, fazem limpeza dos estábulos, e muitos outros serviços de natureza elementar. Nós esperamos que, na vida prática, eles não terão de fazer estes mesmos serviços. Porém todo trabalho tem um modo mais eficiente para ser feito. Somente com prática, podem os alunos aprender os meios melhores, (...) para poderem depois ensinar aos seus empregados os serviços, e exigir dos empregados, que sejam eles feitos eficientemente. É só fazendo, que podem aprender verdadeiramente como se deve fazer.

Essa citação também assinala um dos principais métodos de ensino adotados pela instituição, que se baseava no princípio do aprender fazendo, cujos métodos educativos utilizados para a consecução desse fim, e apresentados sumariamente acima, já indicam a concepção e a organização do ensino instituído na ESAV, não só pela sua característica curricular de cunho aplicado, profissional, relacionada com “o melhoramento do animal e da semente”, mas, sobretudo, pelo seu caráter disciplinar, com vistas ao “melhoramento do homem”, em seu aspecto físico, intelectual e moral, e que terão efeito pedagógico e formativo muito mais efetivo e duradouro junto aos alunos.

Tal afirmativa pode ser inferida a partir da análise dos registros contidos nas atas das reuniões da Congregação da Escola, durante os três primeiros semestres de seu funcionamento, que permite identificar como, aproximadamente, se deu a implementação do regime de ensino e disciplinar, e indica que “a alta freqüência às aulas”, não se devia somente aos assuntos ensinados, mas também ao sistema de controle de freqüência, de vigilância e dos exames instituído.

Nesse sentido, a partir do ano de 1929, com a assunção na direção do estabelecimento do até então vice-diretor Bello Lisbôa, não são encontrados mais registros em ata, dessas prescrições de “cooperação” e dos procedimentos didáticos e disciplinares, o que indica uma mudança do lugar dessa *comunicação pedagógica*, que passa a ser encaminhado pela direção, através de circulares ou avisos, coletivos ou individuais, para servidores e alunos que terão seus trabalhos constantemente avaliados, classificados,

qualificados, com base nos princípios instituídos na ESAV. Nos registros, foi possível identificar a interdição de assuntos polêmicos como religião e política, por serem considerados prejudiciais ao trabalho produtivo de aprender e disseminar conhecimentos úteis, aplicados à área agropecuária.

Essa diretriz pedagógica prossegue durante a direção do professor John Benjamin Griffing no estabelecimento, entre o final de 1936 e meados de 1939, que mantém as orientações didáticas e de conduta preconizadas pelos seus predecessores, atestadas em documentos que orientam como os docentes deveriam realizar o trabalho pedagógico de modo proveitoso, destacando “a importância do condicionamento para se praticar com perfeição.”

Não obstante, tais orientações pedagógicas não arrefeceram de modo significativo os dispositivos disciplinares e de controle sobre os alunos, cujo acompanhamento e avaliação se tornaram o principal ponto registrado nas atas de reunião da Congregação ao longo da *história de vida* da ESAV. Geralmente, essas reuniões iniciavam-se com a listagem dos alunos que mereciam menção (distinção) ou deveriam estar em observação ou serem passíveis de punição.

Aparentemente, as reuniões da Congregação da ESAV, assemelham-se na forma, ao *conselho de classe* final, ainda vigente em boa parte das escolas brasileiras, só que realizadas mensalmente e com uma avaliação mais detalhada, minuciosa e rigorosa. A questão da *cola* bem como de qualquer outro tipo de fraude ou infração também se tornará uma preocupação permanente da Congregação, no sentido de coibi-la, enquanto, em contrapartida, muitos alunos farão uso de diversos artifícios e estratégias para burlar algumas normas estabelecidas.

Nesse sentido, torna-se importante discorrer sobre outros espaços e momentos de *ação pedagógica* instituídos na ESAV, que darão sustentação significativa, enquanto dispositivos disciplinares para coibir as infrações, firmar essa prática da *educação integral* e forjar um tipo de homem considerado ideal para liderar a modernização e diversificação da produção agropecuária, fazendo uso da técnica e do conhecimento científico, ou seja, de um saber especial que lhe investe poder.

Assim torna-se relevante tratar, sucintamente, da organização e do funcionamento de outros espaços e tempos que também tiveram papel importante para forjar um *habitus* institucional, típico na formação do aluno em agronomia, egresso dos diferentes níveis de ensino da escola, como o regime de internato, a reunião geral e a instrução militar, cujo *trabalho pedagógico* contribuiu para a efetivação dessa *educação integral*, através da

inculcação dos princípios e valores morais, intelectuais, físicos, artísticos e patrióticos considerados adequados para formar e orientar a conduta de ação desse *novo* tipo de homem, o profissional, o técnico da área agrária, que exigia, conseqüentemente, um espaço disciplinador.

O modelo de ensino e o objetivo de proporcionar a “verdadeira vida no campo” adotados no estabelecimento vão exigir a presença dos alunos em tempo integral, daí a necessidade em criar toda uma infra-estrutura material e organizar os espaços e tempos para assegurar essa permanência, com os serviços de dormitório, refeitório, lavanderia, e assistência médica, dentre outros, e estabelecer um controle disciplinar e de vigilância capilar, como dispositivos para assegurar a manutenção da ordem e do comportamento modelar instituído para todo seu pessoal, dentro e fora da escola.

No processo de organização e esquadramento dos espaços, o internato ganha relevância, por ser a morada de boa parcela dos estudantes, portanto um local coletivo utilizado, sobretudo, durante o período de tempo livre dos mesmos.

Nesse sentido, o primeiro regulamento da instituição (1927:48) definia que os alunos poderiam ser internos, semi-internos e externos. No internato foi adotado o regime de responsabilidade pessoal dos alunos, agrupando cinco estudantes por apartamento. O semi-internato destinava-se aos discentes que desejassem passar o dia na escola, com direito ao almoço, merenda e jantar. Já no externato, os alunos ficavam sujeitos à vigilância da diretoria, que poderia exigir a mudança de residência dos mesmos, por motivo de higiene e moralidade.

Os alunos internos deveriam pagar as taxas de internato e de saúde adiantadas, não sendo reservado nenhum lugar sem o pagamento da taxa de sinal. O aluno interno que não comparecesse às aulas no primeiro dia do semestre letivo perdia a taxa de sinal e ficava sujeito a perder o lugar no internato. Era permitido a todos os alunos não internos, empregados e professores fazerem suas refeições na escola, desde que pagassem adiantada a taxa de pensão. Pelo regulamento, nenhuma pessoa poderia ser admitida nos dormitórios e refeitórios sem apresentar o recibo do pagamento da taxa correspondente.

O mesmo regulamento também estabelecia que os alunos internos matriculados eram obrigados a fazer dois depósitos. O primeiro, de sinal, para garantir a vaga no internato. O segundo, “de garantia, para indenização de prejuízos causados ao estabelecimento, pelos alunos, quando não apurado o responsável, restituindo-se o saldo deste depósito ao retirar-se o depositante da Escola” (op. cit:60). Esse último depósito era extensivo a todos os alunos do estabelecimento. As informações a respeito da

contabilidade e do ressarcimento dos prejuízos causados nessa seção são encontradas nos relatórios feitos pela encarregada do refeitório, ano após ano.

No caso dos alunos que residiam no internato, cada seção do dormitório ficava sob a responsabilidade de um aluno veterano, eleito mensalmente pelos seus colegas como chefe e que devia relatar ao conselho de disciplina qualquer problema ocorrido na sua seção ou no alojamento, seja a necessidade de troca de uma lâmpada, seja por atrasos, barulhos, ou pelo não cumprimento de alguma norma do Regulamento. O conselho de disciplina reunia-se todos os dias e era dirigido por um professor. Os casos de falta mais grave eram encaminhados ao diretor da ESAV.

O regime disciplinar organizado nesses espaços para forjar “o caráter” era rigoroso e mantido pelos próprios alunos. Todo aluno, fosse ele residente interno, semi-interno ou externo, desde a matrícula até o regresso para casa ou ao fim de seu vínculo com a instituição, ficavam sob a jurisdição da Escola, sujeitando-se à disciplina e à aplicação das penalidades estabelecidas no seu regimento.

O internato desempenhou um papel fundamental para a formação desse novo tipo de homem, o esaviano, ao propiciar a “imersão” dos alunos na vida rural, ressignificada pela escola, com a simulação de alguns problemas sociais e econômicos existentes no campo e atender à sua missão profissional e ética de levar novos conhecimentos e técnicas aplicadas na área agropecuária, que serão desenvolvidas e preconizadas pela escola.

O ex-aluno e então professor (1932-1956) Joaquim Fernandes Braga, atesta num relatório, como gerente do internato, no segundo semestre de 1934, o gradativo processo de reconhecimento e demanda social por esse tipo de profissional, e a necessária correspondência de conduta e realização desse técnico formado, conforme essa expectativa produzida:

A agricultura nacional necessita no momento de técnicos e também de homens. O internato forma este homem, concorrendo de maneira capital, para a ambientação do aluno à vida em campo, fator para nós, de alta monta na formação do profissional de agricultura. O regime de nosso internato, adaptando o jovem ao campo, desperta-lhe amor pelas cousas atinentes à sua carreira. Este amor gera o ideal e o ideal impulsiona realização. E isto, aliado a um elevado espírito de justiça, de ordem e noção rigorosa de cumprimento de dever.

Tal registro evidencia o processo de apropriação de valores, condutas e expectativas incorporadas pelos ex-alunos, da cultura pedagógica instituída no cotidiano da vida escolar de um estabelecimento de “educação integral”.

Assim, o modo de organização e funcionamento do regime do internato na escola, muito contribuiu para a inculcação do habitus do esaviano, de um agir certo de natureza patriótica, muito embora, dissimulando, o regime disciplinar que o sustentava e que vigorou, em maior ou menor grau, durante todo o período da ESAV.

Nessa perspectiva, a chamada reunião geral constituiu-se num outro importante dispositivo disciplinar e pedagógico ao congregar diariamente, entre às 10:30h e 11:00h, a diretoria, o corpo docente e discente da instituição para assistir preleções sobre temáticas de cunho regimental, de moral, civismo e higienismo, dentre outras. A assistência dos alunos era obrigatória, daí terem assento fixo após participarem da primeira reunião, para facilitar o controle de frequência.

A diretoria iniciava as reuniões normalmente com informes, questões relacionadas “à vida prática”, de ordem disciplinar e de inculcação das normas do regime de “responsabilidade pessoal” e as penas instituídas a todos os sujeitos vinculados à ESAV que não a cumprissem. Num segundo momento, havia a preleção de um docente sobre algum tema. Essas reuniões serviam também para relatar as experiências profissionais dos estudantes egressos da instituição na vida prática. Essa atividade vigorou durante o período de escola superior isolada, não obstante terem, a partir de meados da década de 1940, seu número de dias reduzidos.

Outros momentos e espaços relevantes para a formação e inserção do estudante na vida prática, encontra-se nas atividades de extensão desenvolvidas pela instituição, como a “Semana do Fazendeiro” que vem se realizando anualmente e sem interrupção, desde 1929. A divulgação da ESAV, dos seus produtos, a difusão de uma concepção técnica e tecnológica como recursos para a modernização da agricultura vai se propagando também através dos formandos de nível médio e, sobretudo, de nível superior, que auxiliam na ampliação da teia de vínculos da instituição com as “comunidades”.

Esta rede torna-se mais consistente neste intercâmbio, com a fundação, em 15 de dezembro de 1935, da Associação dos Ex-Alunos da ESAV (AEA), mesmo dia, aliás, da formatura da primeira turma de médicos-veterinários da instituição. Tal Associação tinha como objetivo principal, “entre outros, o de manter e propagar os princípios básicos da nossa querida Instituição”. A partir de sua criação, a associação funciona regularmente,

promovendo os encontros anuais das turmas de formandos, a cada quinquênio, até os dias de hoje<sup>1</sup>.

A fundação da Associação de Ex-Alunos e de certo modo do conjunto de valores e memórias que esta associação representa até hoje, foram precedidos e ensejaram um conjunto de meios de divulgação e de ação empreendidas pela escola no sentido de difundir seu ideário e manter e atualizar o contato dos seus ex-alunos com a instituição.

Outro ponto que merece destaque refere-se à documentação relativa à administração da Escola e as injunções políticas e financeiras que a configuram e terão grande influência no funcionamento do estabelecimento e forte repercussão no que diz respeito à expansão ou contenção da demanda de ensino ministrado pela instituição.

No campo administrativo, o art. 101 (p.35) do Regulamento de 1927 estabelecia que a administração superior do estabelecimento, sendo exercida por uma junta administrativa, constituída de nove membros, de preferência oriundos “das diversas zonas em que se subdividia administrativamente o Estado de Minas Gerais<sup>2</sup>” e nomeados pelo Presidente do Estado. A nomeação desses indivíduos, teria como pré-condições sua origem – pertencimento a alguma destas regiões mineiras as quais a escola atendia – e vínculo com a agricultura, contanto que não ocupassem cargos ou percebessem remuneração oficial.

Este conselho, de caráter consultivo, teria a função de deliberar e supervisionar todas as ações administrativas, regulamentares, orçamentárias e pedagógicas da escola, inclusive encaminhando proposições ao governo ao qual a escola estava subordinada, atribuições estas que ficavam até então sob a superintendência direta da Secretaria de Agricultura do Estado.

Esta troca de alçada de subordinação da ESAV, passando da Secretaria de Agricultura para uma comissão de lavradores, era tida como um meio eficaz de estreitar mais ainda a convergência de interesses na relação das *comunidades* com a escola, do mundo da produção com o ensino agrícola, entre trabalho e educação, fortalecendo e legitimando cada vez mais a finalidade e a utilidade dos serviços agrícolas prestados pela instituição, que estariam em consonância com as necessidades da população rural de cada região do Estado.

---

<sup>1</sup> Como manda a tradição desses encontros, até hoje, mantém-se a programação original. No sábado, às 8:30h, Missa; às 9:30h, Assembléia Geral; 20h, Sessão Solene com a entrega dos títulos comemorativos, do Jubileu de Prata, Ouro, Diamante, Ferro e Brillante, aos associados que completam 25, 50, 60, 65 e 70 anos de formados pela instituição, respectivamente. No domingo, almoço de confraternização.

<sup>2</sup> É possível que faça referência às seguintes regiões de Minas Gerais: Norte, Jequitinhonha, Rio Doce, Metalúrgica, Mata, Sul, Oeste e Triângulo Mineiro.

O “conselho de agricultores” reuniu-se na Escola, pela primeira vez, em 1º de fevereiro de 1932, ficando definido que o mesmo passaria a se reunir semestralmente. Contudo, esse modelo de administração vigorou somente até 1935, uma vez que a instituição perdeu sua autonomia administrativa, cassada pela Lei Estadual nº 146, de 11 de novembro deste ano, que, concretamente, aboliu as prerrogativas da Junta Administrativa na Escola e subordinou-a novamente à Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do Estado de Minas.

Quanto à autonomia da Escola, verifica-se que nesse período, a mesma foi parcial, conforme demonstra o ofício enviado pela Junta Administrativa ao Interventor Federal no Estado Benedito Valladares Ribeiro, em 27 de julho de 1934, na qual o presidente deste conselho constata que a ESAV teve apenas o bônus da descentralização e da autonomia administrativa (direção da Junta), ficando, entretanto, dependente dos recursos orçamentários do Estado, que não apresentava nenhuma regularidade no envio das verbas, o que vinha acarretando constantes reclamações e apelos da Junta. A “Escola está com um semestre de atrasos nos pagamentos”.

Não obstante esses reveses, a instituição manterá boa parte dos fundamentos de sua concepção original, uma vez que as bases e instâncias de organização do trabalho e de realização da ação pedagógica no estabelecimento não sofrerão alterações substanciais, sobretudo em virtude da permanência do regime de responsabilidade pessoal, como a essência do regime disciplinar e de inculcação de *habitus* instituídos junto aos diferentes sujeitos vinculados com a Escola e que deixaram marcas significativas na constituição do *ethos* institucional, reproduzido, principalmente pelos ex-alunos que, a partir da década de 1930, passam a fazer parte do corpo docente da ESAV.